



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682629 - SP (2021/0234009-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL RODRIGUES VELOSO - MG143786  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RICARDO GERONIMO CHRISTIANO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, impetrado em favor de RICARDO GERONIMO CHRISTIANO, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravamento em Execução Penal n. 0005137-95.2021.8.26.0496).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade e requereu o livramento condicional ou a progressão de regime, sobrevivendo decisão que indeferiu as benesses. Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido.

A impetrante sustenta que o apenado preenche os requisitos objetivo e subjetivo necessários à concessão do livramento condicional.

Afirma que, ao contrário do entendimento das instâncias de origem, o livramento condicional não dependeria da prévia passagem pelo regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do livramento condicional ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da decisão que indeferiu a concessão de livramento condicional ao paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 67-69):

*In casu, o agravante encontra-se atualmente recolhido em penitenciária deste Estado, condenado que fora a cumprir a pena privativa de liberdade de sete anos e quatro meses de reclusão, em regime fechado, pela prática de roubo triplamente agravado e furto qualificado, crimes graves a demandar em indagações e respostas adequadas para a verificação sobre se o reeducando reúne, efetivamente, condições do ponto-de-vista subjetivo para a concessão do livramento condicional. O término do cumprimento da reprimenda deverá ocorrer em 07 de dezembro de 2023, se nada de anormal ocorrer até lá, destacando-se que o tipo de crime e o “quantum”*

*da reprimenda corporal servem também, “data venia”, para demonstrar a periculosidade do agravante (fls. 14/17).*

***Em que pese o atestado de conduta carcerária asseverar como “bom” o comportamento carcerário do reeducando, não se constata, pelas peças do presente agravo, a existência de dados seguros quanto ao requisito de ordem subjetiva relativo ao sentenciado para que este seja agraciado com a pretendida benesse.***

*[...]*

*Na verdade, o reeducando não possui, efetivamente, bom comportamento carcerário, ao menos por ora.*

*Não basta apenas o atestado. O teor do que se atesta deve vir comprovado. Contudo, oportunamente, poderá ser determinada a realização de exame criminológico no agravante para se aquilatar se ostenta ele condições pessoais para ser beneficiado com o livramento condicional.*

*O tipo de crime praticado e a longa pena a cumprir aconselham a realização de exame para a verificação das condições subjetivas do agravante.*

*Observa-se, a propósito, que o reeducando foi condenado por roubo agravado, crime que envolve violência e/ou grave ameaça.*

*Oportuno salientar que em sede de execução de penal vigora o princípio “in dubio pro societate”, ou seja, se há dúvida, decide-se contra o sentenciado e a favor da sociedade.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência